

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do; VIEIRA, André Luis. *Educação para as relações étnico-raciais: um olhar sobre a produção científica que analisa a aplicação da lei 11.645/08 em escolas públicas*. RESC Revista de Estudos SocioCulturais, v2., n.3, março/junho de 2022, p. 22-36, ISSN 2764-4405.

## EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA QUE ANALISA A APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 EM ESCOLAS PÚBLICAS<sup>1</sup>

Education for ethnic-racial relations: a look at the scientific production that analyzes the application of law 11.645/08 in public schools

*Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento*<sup>2</sup>

*André Luis Vieira*<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado de uma pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica- PIBIC/CNPq/UFPI, durante o ano de 2019, como parte de um projeto mais amplo denominado “Educação e Diversidade na escola: reflexões acerca do reconhecimento e valorização da diversidade no espaço educativo”. O objetivo foi compreender a partir de um levantamento bibliográfico, como a diversidade cultural vem sendo percebida, reconhecida e valorizada nos espaços educativos. Para tanto, realizamos um levantamento das produções referentes ao tema no portal de periódicos da Capes, a fim de compreender a partir destas (produções), como a diversidade cultural vem sendo trabalhada, e principalmente compreender como vem sendo realizada a implementação da lei 11.645/08, nas escolas públicas de

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado do plano de trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, como parte do projeto “Educação e diversidade na escola: reflexões acerca do reconhecimento e valorização da diversidade no espaço educativo”. Projeto que contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através do processo nº 426134/2018-4. Este é portanto, o resultado da primeira fase do trabalho, levantamento bibliográfico.

<sup>2</sup> Professor Adjunto II e pesquisador do Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia PPGAnt da Universidade Federal do Piauí; Líder do GPADIE, Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia, Diversidade, Interculturalidade e Educação; Bolsista produtividade CNPq, Nível II. E-mail: nonatorr@ufpi.edu.br

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí, foi bolsista PIBIC durante a pesquisa.

educação básica em nosso país. Os resultados apontam que, desde a publicação da lei até a atualidade, tem havido por partes de escolas e professores um esforço na implementação da mesma. Contudo, tais esforços são vistos como ações muitas vezes isoladas de alguns professores de história que refletem sobre a temática apenas em datas comemorativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Diversidade cultural. Escolas. PIBIC. Lei 11.645/08.

**ABSTRACT:** The present work is the result of a research developed under the Institutional Program for Scientific Initiation - PIBIC/CNPq/UFPI, during the year 2019, as part of a broader project called "Education and Diversity at school: reflections on recognition and valuing diversity in the educational space". The objective was to understand, from a bibliographical survey, how cultural diversity has been perceived, recognized and valued in educational spaces. Therefore, we carried out a survey of the productions related to the topic on the Capes journal portal, in order to understand from these (productions), how cultural diversity has been worked, and especially to understand how the implementation of law 11.645/08 has been carried out, in public schools of basic education in our country. The results show that, since the publication of the law until today, there has been an effort on the part of schools and teachers to implement it. However, such efforts are often seen as isolated actions of some history teachers who reflect on the theme only on commemorative dates.

**KEYWORDS:** Education. Cultural Diversity. Schools. PIBIC. Law 11.645/08.

## INTRODUÇÃO

Os debates relacionados à diversidade no espaço educativo, tem sido uma constante nas reflexões sociológicas, antropológicas e educacionais nos últimos anos. Tais debates segundo Nicolau Netto (2017), tem se constituído como um campo discursivo, ao lado do multiculturalismo e da exceção cultura, contribuindo assim, com a produção de diferenças. Dessa forma, o discurso da diversidade se constitui como um discurso global que, produz a diferença como diversa.

Embora a temática da diversidade cultural tenha estado presente desde sempre nas reflexões antropológicas, nos últimos anos ela tem se tornado central e bastante corriqueiro. Para Nicolau Netto (2017) a diversidade tem ganhado status de valor, sendo algo pelo qual as pessoas lutam, sem sequer possuir clareza do seu significado. E para José Valdir Santana (2018), o debate sobre diversidade e sobretudo, diversidade cultural no espaço educativo, tem ganhado destaque desde o final dos anos de 1990. Contudo, foi a partir da publicação da lei 10.639/03 que esse debate ganhou

mais notoriedade e, por esta razão, foram inclusive criados cursos de especialização e formação continuada para, além de refletir sobre o tema, formar professores para atuar com essa temática na educação básica.

É, portanto, seguindo essa tendência de refletir sobre a diversidade cultural no espaço educativo, que apresentamos o presente trabalho. O mesmo tem como objetivo compreender a partir de um levantamento bibliográfico, como a diversidade cultural vem sendo percebida, reconhecida e valorizada nos espaços educativos. Para tanto, realizamos um levantamento das produções referentes ao tema no portal de periódicos da Capes, a fim de compreender a partir desta produção, como a diversidade cultural vem sendo trabalhada, e principalmente compreender como vem sendo realizada a implementação da lei 11.645/08, nas escolas públicas de educação básica em nosso país.

Ressalto que esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica- PIBIC/CNPq/UFPI, desenvolvido durante o ano de 2019, como parte de um projeto mais amplo denominado “Educação e Diversidade na escola: reflexões acerca do reconhecimento e valorização da diversidade no espaço educativo”<sup>4</sup>. No plano de trabalho aqui desenvolvido, tínhamos como propósito inicial realizar um levantamento dos artigos produzidos sobre o tema, no período de 2010 a 2019, para compreender, os desafios e possibilidades de implementação das leis em outros estados do país, a partir dos relatos de pesquisadores que tenham publicado artigos sobre essa temática em periódicos nacionais indexados ao portal de periódicos da Capes.

Este trabalho, partiu da necessidade de refletir sobre as políticas de valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial em espaços educativos, haja vista as constantes mobilizações em torno destas reivindicações, além da crescente onda de intolerância que promove o perceptível aumento das discriminações. Tal situação, torna urgente uma abordagem sobre o tema, no sentido de construirmos mecanismos mais eficientes de combate aos preconceitos, a discriminação e a intolerância contra os diferentes. Assim sendo, neste trabalho apresentamos os resultados de um levantamento bibliográfico ainda que parcial sobre o que já foi e vem sendo produzido no Brasil a respeito do tema das diversidades no espaço escolar e as produções específicas sobre a aplicação da lei 11.645/08 em diversas instituições de ensino espalhadas pelo Brasil. O

---

<sup>4</sup> Projeto que contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através do processo nº 426134/2018-4, que ainda está em desenvolvimento. No momento estamos realizando a terceira etapa da pesquisa que é pesquisa de campo nas escolas de Ensino Médio na cidade de Teresina –PI. Devido ao período de pandemia não conseguimos realiza durante o ano de 2020.

mesmo está organizado a partir desta introdução, onde apresentamos o tema, objetivo e método da pesquisa, uma revisão da literatura, em seguida, detalhamos a metodologia utilizada para o levantamento bibliográfico utilizado neste trabalho, os resultados e discussões e por fim, tecemos algumas considerações.

## REVISÃO DE LITERATURA

As lutas por reconhecimento, sempre foram uma constante por parte dos grupos minoritários, no entanto, é partir dos anos de 1970, que estas lutas ganham maior visibilidade sob o lema do Multiculturalismo. Foi, portanto, a partir desse “novo movimento social” (Dietz 2012), que as lutas por reconhecimento ganharam maior visibilidade nos Estados Unidos da América, migrando para outros países e continentes.

Se para Dietz (2012) as lutas por reconhecimento sempre foram uma constante, tendo maior visibilidade com o multiculturalismo, para Nancy Fraser (2006), elas têm se tornado nos últimos anos, uma forma paradigmática de conflitos, pois são as demandas por ‘reconhecimento das diferenças’ que dão combustível às lutas de diversos grupos que, sob as mais diversas bandeiras; de nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade vem reivindicando determinados direitos.

Esses processos de lutas apontados por Fraser e Dietz, tiveram origem nos anos de 1970, mas ganharam maior visibilidade nas últimas décadas, pois com o crescente processo de globalização as fronteiras culturais, que antes pareciam mais visíveis, tornam-se, cada vez mais fluídas, em um pretense processo de “homogeneização cultural” (Nash 1999). Entretanto, em meio a crescente onda da globalização, que tem engendrado processos de homogeneização e padronização cultural, visando transformar as particularidades em um único bloco, os diferentes grupos étnicos e culturais têm resistido e lutam para manter visíveis suas diferenças (Quadros e Nascimento 2015; Gusmão 2008).

A globalização segundo Fraser, gera uma nova forma de reivindicação política, “a luta por reconhecimento”. No entanto, é preciso considerar que esta luta, não é apenas pelo reconhecimento das diferenças culturais, mas também por redistribuição. Assim sendo, as lutas por reconhecimento não podem ser reduzidas apenas as questões de identidade e diferença, mas deve enfrentar o problema da desigualdade gerada pelo não reconhecimento das diferenças e contribuir com os processos de redistribuição.

Aqui no Brasil, por exemplo, as tentativas de homogeneização cultural, vem desde o início da colonização e se prolonga até os dias atuais

(Ortiz 2007), porém, é preciso considerar que, se de um lado, havia e ainda há uma perspectiva homogeneizante, há por outro, lutas e resistências a esse processo, pois os diferentes grupos étnicos e culturais, que sempre foram rejeitados e colocados à margem da sociedade, tem empreendido lutas constantes contra essa prática excludente e discursos preconceituosos que tentam invisibilizar suas diferenças.

Por mais que vivenciemos a cada dia situações de preconceito na tentativa de invisibilizar as diferenças, devemos levar em consideração que a diversidade é uma característica marcante de toda e qualquer sociedade. Assim sendo, está presente, nos mais diversos espaços, principalmente na escola, e por estar presente nos mais diversos espaços, sempre fará parte de nossas vidas, pois é constituinte da nossa formação como seres humanos e sujeitos socioculturais (Gomes e Silva 2011).

Segundo Gomes e Silva (2011), por mais fascinante e desafiadora que a presença da diversidade possa parecer, a não segregação, a não discriminação das diferenças ainda é uma postura política e profissional ausente em muitas práticas pedagógicas. Mesmo que as lutas por reconhecimento, tenha garantido alguns avanços, a inserção dos debates sobre a diversidade no campo da educação ainda é muito restrita; ficando a cargo de interesses específicos de algum profissional, que muitas vezes, por uma questão de identificação, ou crença em um pertencimento étnico, insere tal discussão no cotidiano da escola.

É, portanto, seguindo a perspectiva, que as identidades sociais e culturais são construções simbólicas e produtos do seu próprio tempo, que pretendemos refletir sobre as diferentes identidades presentes no contexto educativo. Para tanto, tomaremos como elemento de nossas análises as políticas de reconhecimento, resultado das reivindicações dos diferentes grupos, para tratarmos das questões de reconhecimento e não reconhecimento destas identidades no espaço educativo. Assim, o foco de nossa análise são as políticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural formadora da sociedade brasileira. Nosso intuito é perceber como estas vêm sendo vistas e empregadas no contexto educativo; notadamente a lei 11.645/08, seus avanços, limites e desafios em escolas públicas.

## **METODOLOGIA**

A estratégia metodológica utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica, sendo realizada através das ferramentas de pesquisa fornecidas no portal online de periódicos da Capes. Através do uso dessas ferramentas, iniciamos a pesquisa com as palavras

chaves “a lei 11.645/08” e filtrando para produções publicadas no intervalo de tempo de 2010 - 2019, além dos filtros “língua portuguesa” e “periódicos avaliados por pares”. A princípio, obtivemos trinta e seis (36) resultados. Ainda no intuito de ampliar a nossa investigação, incluímos mais um descritor “Políticas afirmativas para as relações étnico-racial” com os mesmos filtros da anterior e no mesmo portal (periódicos CAPES) com o qual obtivemos quarenta e seis (46) resultados, chegando a um total de oitenta e dois (82) artigos produzidos sobre a temática.

O segundo passo da pesquisa foi analisar essa produção e classificá-las. Essa fase, nos exigiu um pouco mais de tempo e reflexão o que nos possibilitou classificar o material coletado em três áreas do conhecimento que estão diretamente relacionadas aos nossos interesses de pesquisa. Na área da educação, encontramos 16 resultados distintos para o primeiro descritor da pesquisa (a lei 11.645/08) e 3 resultados para o segundo (Políticas afirmativas para as relações étnico-racial.); na área de antropologia, verificamos 5 resultados para o primeiro descritor e 3 resultados para o segundo; na área mais abrangente de Ciências Sociais, verificamos 2 resultados para o primeiro descritor e 18 resultados para o segundo. Além desses resultados, foram catalogados grupos fora do nosso interesse e produções referentes a história, política ou outras áreas de conhecimento, além de artigos ou livros com resumo em outras línguas ou sem resumo disponível no site de periódicos da Capes.

Nas três áreas catalogadas pudemos perceber a existência de muitas produções que se distanciam muito de nossos interesses dentro da pesquisa proposta, e que portanto ficaram fora de nossa análise. Os resultados gerais das produções que se enquadram nas áreas do saber propostas e sem fuga notória dos interesses relativos à pesquisa que pretendíamos desenvolver foram: 16 títulos de educação; 5 títulos de antropologia; 5 títulos de ciências sociais.

Aqui é importante evidenciar que, não estamos afirmando existir apenas estas publicações sobre o tema, há inúmeras outras, em diversos sites e periódicos. Contudo, a nossa pesquisa foi realizada apenas no portal de periódicos da Capes, considerando apenas as áreas de Educação/Pedagogia; Antropologia e Ciências Sociais; em periódicos com a política de avaliação por pares e artigos publicados entre 2010 e 2019.

Após a classificação do material coletado iniciamos a terceira fase da pesquisa que consistiu na leitura e produção de resenha dos títulos escolhidos. No caso, os textos previamente classificados como pertencentes as áreas de educação e antropologia, foram definidos como os pertencentes a nosso campo de interesse, sendo portanto, a partir destes que apresentamos as nossas reflexões e análises.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de artigos e produções científicas sobre a temática da diversidade cultural no espaço educativo, notadamente sobre a aplicação da lei, 11.645/08, nos possibilitou reunir um conjunto de trabalho que apresentam perspectivas distintas acerca do mesmo problema. Percorrendo o caminho metodológico definido, visualizamos melhor a discussão vigente sobre a implementação da legislação que propõe uma inclusão dos temas referentes a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, bem como foi possível perceber uma grande variedade de perspectivas teóricas que orientam essa discussão. Dentre as mais presentes destacamos: teorias decolônias, teorias interculturais, marxismo, a perspectiva histórico-cultural ou até a etnomatemática, entre outras.

O contato com os trabalhos já existentes sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08 permitiram a construção de um panorama da situação vigente no país e que muito tem a nos dizer sobre o nosso próprio campo geográfico previamente delimitado. Ao todo, foram 21 artigos lidos e resenhados. Deste montante, apenas cinco (05) se referem as regiões norte/nordeste, enquanto oito (08) são voltados às regiões sul/sudeste, dois (02) à região centro-oeste, seis (06) são artigos de cunho mais teórico que não constituem pesquisas em estados específicos do Brasil. Porém, o Piauí não figura em nenhuma destas pesquisas realizadas no Nordeste. Portanto, verifica-se que o campo de produções a respeito dessa legislação ainda é deficitário em alguns sentidos.

Na tentativa de ampliar nossa compreensão da discussão já vigente no país acerca da inclusão de temas relativos à diversidade na cartilha escolar, realizamos uma análise dos 21 artigos coletados; o intuito, foi perceber o que está sendo produzido no Brasil sobre a questão negra e indígena na escola e, principalmente, compreender quais teorias vem sendo acionadas. Sejam aquelas utilizadas na fundamentação das políticas de reconhecimento da diversidade que vem sendo aplicadas nas escolas, sejam aquelas que estão sendo utilizadas pelos autores em suas reflexões para iluminar os problemas e desafios das escolas com baixa aceitação das diversidades. Nesse sentido, apresentamos algumas obras já produzidas e que, inseridas nessa discussão, apresentam questões bastante pertinentes e nos ajudam a perceber como essa temática vem sendo tratada nas mais diversas regiões e contextos do país.

Para fins de organização, separamos os textos selecionados em três blocos. O primeiro deles dedicado as discussões mais localizadas sobre as reivindicações negras; o segundo apresentamos os textos, onde o debate está focado na inclusão da história e cultura indígena; no terceiro,

apresentamos textos que fazem uma reflexão mais ampla, abrangendo tanto a questão negra, quanto indígena.

No artigo “Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS”, as autoras Abela Campos Oliven e Luciane Bello, apresentam uma reflexão que não está relacionado a educação básica, mas diz respeito ao ambiente escolar, ou seja o espaço universitário. Neste caso, destacam a situação específica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para refletir sobre a experiência desta universidade com o programa de cotas. As autoras partem da constatação de que a referida universidade é um espaço majoritariamente branco e, se utilizando de um referencial teórico sobre branquitude refletem sobre a relação deste espaço com a “invasão” negra e indígena promovida pelas cotas. As políticas de ações afirmativas, segundo as autoras, representam o primeiro passo de uma longa jornada desta instituição, no sentido de atingir questões problemáticas da sociedade. Ainda segundo as autoras, mesmo que as cotas tenha atingido os objetivos de inserir uma grande quantidade de pessoas negras, pardas e indígenas na universidade, trazendo uma maior representatividade da sociedade a esse espaço acadêmico, aumentando assim a mobilidade social, as autoras concluem que ainda existem muitos desafios para continuar esse movimento de inclusão, pois não basta garantir a inclusão, é preciso que além da garantia da inclusão, também seja garantido a permanência e as condições para a conclusão dos cursos.

No que se refere a questão indígena, apresentamos a seguir distintas propostas de aplicação da lei 11.645/08 em matérias específicas da cartilha escolar, além das discussões sobre a própria relevância da lei como conquista dos e para os povos indígenas.

Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira e Glória Regina Pessoa Campello Queiroz, em seu artigo “As bonecas karajá em aulas de ciências: caminhos para a implementação da lei 11.645/08 e diálogo com os direitos humanos”, nos apresentam uma proposta de aplicação da referida lei no que tange a inclusão da história indígena no currículo escolar. Partindo de uma preocupação com o cumprimento da lei supracitada e com o ajustamento das medidas de aplicação da mesma com os direitos humanos, os autores apresentam uma proposta chamada CTS-ARTE, que visa envolver o campo das ciências, tecnologias e educação em arte no ensino da cultura indígena em sala de aula. Nesse sentido, os autores procuram demonstrar que o ensino sobre as bonecas Karajá (manifestação cultural típica de uma etnia de Tocantins) enquanto estratégia didática CTS-ARTE em sala, envolve tanto os fatores técnicos ao redor da produção das bonecas (como o trabalho com a argila), como o sistema cultural em volta delas. Dessa forma, interdisciplinaridade é a estratégia dessa proposta na medida em que seu



objetivo somente é atingido com o apoio de várias disciplinas que, inseridas na prática cultural escolhida na aula, permitem aos alunos compreenderem diferentes assuntos da cartilha escolar.

Já no texto “A educação matemática no contexto da etnomatemática indígena xavante: um jogo de probabilidade condicional”, percebemos a preocupação dos autores Bruno José Ferreira da Costa, Thaís Tenório e André Tenório com o avanço das tecnologias e a inclusão das mesmas em sala de aula. O artigo tem como tema central a etnomatemática e reflete sobre as diferentes concepções e relações, dos diversos povos com a lógica matemática, bem como tentam compreender como esse debate vem sendo inserido no ambiente acadêmico da matemática. A proposta dos autores é ligada a Lei n. 11.645/08, na medida em que eles apresentam um jogo eletrônico chamado “adivinha o número xavante” criado na plataforma scratch, que tem como objetivo ligar o ensino da matemática ao ensino da história cultural do povo xavante. De maneira lúdica, o jogo para crianças acima de oito anos busca ensinar aspectos culturais do grupo Xavante ao mesmo tempo em que desenvolve a noção de probabilidade condicional nos alunos.

Em “Narrativas maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena” artigo produzido por PabloLuiz de Oliveira Lima e Nayara Silva de Carie, nos é apresentado uma distinção entre dois momentos da história como área do conhecimento: o moderno e o pós-moderno. Assim, a história moderna compreende o paradigma construído no século XIX do projeto de uma história geral, com pretensões “científicas”, apoiada em textos oficiais (emitidos por órgãos estatais como censos, leis etc.) e envolta de todos os eurocentrismos, colonialismos e concepções patriarcalistas da época. Em contrapartida, a história pós-moderna entende que não há uma história única e propõe a busca pelas inúmeras formas de narrar a história dos diversos povos existentes, não só nos documentos oficiais mas, nas mais variadas formas de transmissão de conhecimento. Assim, o artigo apresenta as narrativas indígenas como objetos valiosos no estudo das culturas indígenas em sala de aula e aponta para a necessidade de atenção na exposição dessas narrativas. Com o intuito de evitar que as narrativas indígenas sejam apropriadas simplesmente como míticas ou exóticas, os autores se utilizaram da teoria do descentramento cultural aliado as teorias pós-moderna e pós-estruturalista como uma valiosa ferramenta para validar o ensino de narrativas indígenas questionando as perspectivas colonialistas.

No artigo “O movimento indígena e a educação escolar” as autoras Clara Balladares Machado e Adriana Duarte Leon, ao refletir sobre as políticas públicas que orientam o ensino da história e da cultura indígena na escola pública, procuram compreender qual a influência que o Movimento

Indígena exerce para que a sua história e a sua cultura possam se tornar protagonistas na escola. Partindo de uma perspectiva histórica, procuram demonstrar como historicamente as populações indígenas foram resistindo as diversas tentativas do Estado em submetê-los a cultura europeia, bem como seus processos de lutas e resistência. A partir desse estudo, percebe-se o crescimento do Movimento Indígena, bem como sua influência na criação de normativas que tornam a temática indígena, de certa forma, presente nos currículos escolares e, aos poucos, na realidade das escolas brasileiras.

O texto “Do encantado da floresta ao fantástico da escola: cosmologia Ticuna e as árvores das crianças” trata de uma pesquisa realizada pelas autoras Clarissa Lopes Suzuki e Eliene de Oliveira Aleixo no ano de 2014 em uma escola de Educação infantil. Com a proposta de produzir algo junto as crianças de seis (06) e sete (07) anos de idade para ser exposto na Festa da Cultura da escola, que na naquele ano tinha como tema: “Os povos originários do Brasil”, as pesquisadoras se empenharam em tratar da cosmologia do povo Ticuna e, transferir isso para a linguagem e vivencia das crianças. A prática que se seguiu foi o estudo, junto as crianças, de um mito originário do povo Ticuna. Após essa etapa as crianças foram incentivadas a exercitar o mesmo tipo de saber e de disposição sobre como lidar com a natureza do povo Ticuna, em um exercício de nomear as árvores do espaço da escola. Concluiu-se que a experiência com a complexidade da cosmologia de um povo contribuiu para a desconstrução da ideia preconceituosa de que “todo índio é igual” produzida desde a colonização.

Já o trabalho “A permanência e a conclusão no ensino superior: o que dizem os índios da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná [UNICENTRO] - Brasil”, se propõe a observar as Universidades Estaduais do Paraná e seu projeto de ações afirmativas que propõe facilitar a entrada de indígenas no ensino superior. Ao analisar aspectos como a evasão dos alunos indígenas, ou a motivação dos mesmos para ingressar nos cursos, os autores procuraram compreender de forma mais alargada as propostas do projeto. A pesquisa contou com a participação de 23 estudantes indígenas, sendo treze (13) matriculados/cursando, sete (07) desistentes e três (03) formados/cursos concluídos. Nesta pesquisa, as autoras levaram em consideração as seguintes variáveis: sexo, curso, idade e etnia dos participantes, suas impressões ao ingressarem no curso superior, grau de aceitação dos colegas de classe e o nível de apoio que receberam dentro de suas comunidades. A conclusão demonstra que essa política de ação afirmativa aplicada no estado do Paraná, ainda se mostra insuficiente, na medida em que apenas facilita a entrada dos indígenas na universidade, mas não garante a sua permanência, demonstrou também que o ambiente

da universidade ainda não é um ambiente de inclusão. Apesar disso, o estudo conclui que a política configura-se como um importante passo no caminho da inclusão dos povos indígenas no ensino superior naquele Estado.

Por fim, apresento os textos com foco mais amplo nas duas discussões. Abordando tanto negros quanto indígenas, os textos a seguir discutem tanto a aplicação das leis através de políticas afirmativas como as perspectivas dos professores que enfrentam os desafios que essas mesmas leis propõem.

O artigo “Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul” se propõe a analisar o estado das escolas no Rio Grande do Sul no que se refere a aplicação da lei 11.645/2008. Assim, partindo de uma reflexão sobre “interculturalidade”, as autoras Carla Beatriz Meinerz, Claudia Pereira Antunes e Maria Aparecida Bergamaschi apontam para o esforço existente no próprio caráter dos grupos indígenas, no sentido da interculturalidade. Segundo as autoras, os povos indígenas se engajaram sempre em tentativas para se munir de um corpo de conhecimento que permitisse o diálogo com outros grupos, inclusive com os povos ocidentais, estes que lhes impuseram as instituições escolares, mas que, apesar disso, se apropriaram das escolas e as ressignificaram conseguindo mudanças até mesmo em nível constitucional. Com isso em mente, as autoras analisam dois projetos, o GT Afro indígena que se esforça para propor iniciativas de aplicação do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena e o Grupo de Trabalho 26-A que busca vias de fiscalizar a aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no ensino estadual gaúcho. Dessa pesquisa concluem observando positivamente o espaço sendo preenchido no campo de produções científicas relativas a essa interculturalidade já praticada pelos povos nativos.

Júnia Sales Pereira em seu artigo “Diálogos sobre o exercício da docência - recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08” apresenta uma pesquisa realizada em escolas públicas e privadas de Belo Horizonte e Pedro Leopoldo, que contou com o apoio de dezenove (19) alunos em formação docente e com a participação de quatorze (14) professores. Nesta, a pesquisadora informa a realidade da aplicação das referidas leis nas escolas pesquisadas, tendo como base os diálogos que a mesma manteve com os professores. De acordo com a autora, uma das questões mais evidenciada pelos professores para a não aplicação das leis, é a falta de capacitação docente em relação as temáticas negras e indígenas exigidas por lei. Afirmam também que, quando há algum trabalho com a temática, são de projetos de caráter pessoal, onde muitas vezes um professor sozinho

assume a liderança e a responsabilidade pelos projetos (comumente o professor de história). A conclusão aponta para a necessidade de capacitação dos professores da educação básica e a proposta de um retorno dos ex-alunos à universidade para receberem capacitação para lidar com as questões que as leis exigem.

Partindo de uma perspectiva marxista, o artigo “História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária” de Colares, A. A., Gomes, M. A. de O., & Colares, M. L. I. S, apresenta a situação do negro e do índio no Brasil destacando sua função produtiva para as classes dominantes, e coloca a escola como um mecanismo perpetuador das diferenças de classes. Assim, na reflexão que os autores apresentam, o caminho para a resolução de qualquer desigualdade está na superação da desigualdade de classes, cerne do capitalismo, ou seja, se quisermos resolver os problemas de desigualdade de gênero e raça, por exemplo, devemos primeiramente resolver a desigualdade de classe. A alternativa apresentada exige mudança na própria maneira como a escola é pensada. É necessário proporcionar aos professores as ferramentas que lhes permitam questionar a história tal como ela é ensinada, para que, junto com os alunos possam encarar os conflitos existentes em torno das minorias.

Além da variedade de referenciais teóricos acionados para a compressão do problema, as produções científicas brasileiras nesse campo compreendem um espaço geográfico considerável. Os trabalhos compreendem grandes e pequenas cidades brasileiras nos mais variados Estados e regiões do país, além de diversas etnias indígenas.

## CONCLUSÃO

Ao longo do levantamento bibliográfico realizado, como descrito na metodologia da pesquisa, foi possível verificar uma quantidade considerável de produções associadas à temática da diversidade cultural no espaço educativo, sobretudo sobre a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Ao utilizar como descritor de buscas no site de periódicos da capes, as palavras-chave, “lei 11.645/08 e políticas afirmativas para as relações étnico-racial” no período de 2010 a 2019 constatamos um número de 82 publicações. O que demonstrou o interesse dos pesquisadores brasileiros em discutir as temáticas relativas à diversidade étnico-racial, o que configura um bom panorama, ainda mais em um país tão diverso como o Brasil.

Ainda nesse processo, ao realizar uma classificação dos textos por área do conhecimento, percebemos uma significativa diferença de quantidade entre os artigos classificados na área de Educação e os classificados como

pertencentes a área da Antropologia, apesar de sua importância para a compreensão e análise dessa problemática. Dessa forma, constatamos a necessidade de maior engajamento da antropologia, enquanto perspectiva teórica na realização de pesquisa sobre a aplicabilidade da legislação voltada para o debate étnico-racial nas escolas, bem como em relação a inserção do ensino de História e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Outra questão latente e que nos preocupou foi a carência de estudos sobre a temática no território piauiense. Com isso não estamos afirmando que não exista (pois sabemos da existência de ao menos dois estudos publicado em 2020)<sup>5</sup>, contudo, estes não apareceram em nossa pesquisa, devidos aos critérios de buscas e ao portal selecionado “o portal de periódicos da Capes”. Assim, no que diz respeito a nossa realidade específica verificou-se que: a) o ambiente educacional teresinense carece de pesquisas que analise a implementação das políticas afirmativas que vem sendo ou deveriam ser implantadas nas nossas escolas e universidades; b) que a produção antropológica sobre a temática ainda é muito incipiente, tanto a nível nacional, quanto regional e local, o que demonstra ainda mais a necessidade do trabalho que estamos realizando.

Ainda durante esta análise, pudemos perceber uma grande quantidade de teorias que dão base a diversos olhares e propostas de intervenção sobre o tema. Então, partindo da variedade de perspectivas teóricas encontradas, conclui-se que este é um tema complexo e que requer um aprofundamento teórico por parte dos pesquisadores, bem como um conhecimento mais amplo, sobre as teorias que vem sendo utilizadas nas reflexões sobre o mesmo.

O tema do reconhecimento, valorização e respeito a diversidade, assim como o combate ao racismo e à discriminação no ambiente escolar na perspectiva da construção de espaços de respeito e igualdade na sala de aula é atravessado por diversos olhares e por diversas perspectivas teóricas. Contudo, mesmos sob diferentes motivações e teorias distintas os autores apresentam conclusões semelhantes. As políticas de ações afirmativas encontram lugar de destaque nestas reflexões sendo apontadas como um passo importante para a inserção dos grupos minoritários nas escolas e universidades, fazendo destas um espaço mais igualitário.

Para os autores aqui analisados, as políticas de ações afirmativas compreendem um esforço geral no sentido da diminuição das

---

<sup>5</sup>Trata-se dos seguintes artigos, “O reconhecimento da diversidade étnico - racial em uma escola estadual de Teresina à luz da lei 11.645/08, publicado Brazilian Journal of Development, v. 6, p. 13671-13684, 2020 e As leis 10639/03 e 11645/08: perspectivas e debates no campo da Antropologia da Educação. VOZES, PRETÉRITO & DEVIR, v. XI, p. 218-236, 2020, de autoria de Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento e Angélica Maria Vieira Cruz.

desigualdades e encontram forma prática em diversos projetos em diferentes camadas do poder público. As análises desses projetos segundo os autores aqui citados, apoiam a ideia de que, no mínimo como esforço inicial, as políticas que dão espaço a grupos historicamente excluídos em lugares importantes da sociedade (como a política de cotas) ou políticas que dão visibilidade a aspectos culturais e históricos desses mesmos grupos (como congressos, seminários ou feiras culturais) são absolutamente necessárias para o decréscimo das desigualdades. Isso indica que, na construção e alargamento da amplitude das políticas de ações afirmativas, há um caminho promissor a ser trilhado nas instituições educacionais.

Por fim, concluímos que é urgente fazermos uma análise da aplicabilidade da lei nos espaços educativos na cidade de Teresina. Pois, somente a partir dessa análise poderemos propor ações educativas que visem a construção de um ambiente livre do racismo, do preconceito e da discriminação contra os diferentes. Isso porque acreditamos que é no ambiente escolar que as crianças são socializadas e, por meio desta, iniciam sua inserção no mundo social. Assim aplicação das mecânicas necessárias para a implementação lei nº 11.645/08, que ainda parece ser apenas um sonho distante e descolado da situação real da cidade de Teresina, constitui o problema central a que este trabalho se põe a serviço.

## REFERÊNCIAS

ANGNES, Juliane Sachser; KLOZOVSKI, Marcel Luciano; COSTA, Zoraide da Fonseca; ROCHA, Carla Marlana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal. A Permanência e a Conclusão no Ensino Superior: O que Dizem os Índios da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná [UNICENTRO] – Brasil. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v. 25, n 6, p. 1-34, 2017.

COLARES, Anselmo Alencar; GOMES, Marco Antônio de Oliveira; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. **Revista HISTEDBR**, n.38, p. 197-213, 2010.

COSTA, Bruno José Ferreira da; TENORIO, Thaís; TENORIO, André. A Educação Matemática no Contexto da Etnomatemática Indígena Xavante: um jogo de probabilidade condicional. **Bolema**, v. 28, n. 50, p. 1095-1116, 2014.

Dietz, Gunther. **Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación: Una aproximación antropológica**. México: FCE, 2012.

FRASER, Nancy.; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o Reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (Orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia, estudos culturais e educação desafios da modernidade. **Revista Pro-Posições**, 19(3), p. 47-82; 2008.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira; CARIE, Nayara Silva de. Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino decultura e história indígena. **Educação em revista**, v. 29, n. 3, p. 41-62, 2013.

MACHADO, Clara Balladares; LEON, Adriana Duarte. O movimento indígena e a educação escolar. **RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 05, p. 1-13, 2019.

MEINERZ, Carla Beatriz; ANTUNES, Claudia Pereira; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul. **Revista Periferia**, v. 7, n. 1, p. 90-106, 2015.

NASH, M. Prefácio, in: **Repensar el Multiculturalismo**. Editado por J.L. Kincheloe, & S.R. STEIBERG. Barcelona: Ediciones Octaedro S.L. 1999.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Revista Horizontes antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 339-374, 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense; 2007.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência: recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 147-172, 2011.

PEREIRA-TOSTA, Sandra, Antropologia e educação: culturas e identidades na escola. **Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación**. Vol. 3, núm. 6, p. 413- 431, 2011.

QUADROS, Marion Teodósio; NASCIMENTO, Raimundo Nonato F. do. O diálogo entre Antropologia e Educação: experiências com a diversidade na formação professores da educação básica. **Amazônica: Revista de Antropologia** (online) v.7(01): p.244-263, 2015.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 897-921, 2016.

SUZUKI, Clarissa Lopes; ALEIXO, Eliene de Oliveira. Do encantado da floresta ao fantástico da escola: cosmologia Ticuna e as árvores das crianças. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, p.01-11, 2019.